

O meu testemunho sobre o Sínodo extraordinário dos Bispos

Os documentos relativos ao Sínodo extraordinário dos Bispos, por ocasião do 20.º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II, foram já publicados quer na revista *Lumen* (Dezembro de 1985) quer em opúsculo da Livraria «Apostolado da Oração».

O que vou dizer não será uma análise desses documentos, mas um testemunho de como o Sínodo decorreu. Um testemunho semelhante àquele que dei sobre o Concílio, no Centro Ecuménico da Figueira da Foz, e foi depois publicado nesta revista¹.

Dou conta de que, nestes últimos tempos, o género literário do testemunho e da entrevista está na ordem do dia, mesmo entre os responsáveis da Igreja. Basta lembrar a entrevista do Cardeal Ratzinger (que acaba de aparecer em tradução portuguesa da editora Verbo) ou então a do Cardeal Lubac *Entretien autour de Vatican II* ou ainda aquela que o Cardeal Koenig, até há pouco Arcebispo de Viena, concedeu a um jornalista italiano e foi publicada com o título *Chiesa, dove vai?*.

O meu testemunho revestirá a forma de um diário. Um diário em que, ao fim de cada dia, fui apontando as minhas observações relativas aos quinze dias que o Sínodo durou — o que mais me feriu a vista, a inteligência ou até o coração. Apesar de ser um diário, espero não ser indiscreto. Espero também conseguir dizer não só aquilo que eu vi e senti, mas ainda aquilo que, de facto, o Sínodo foi e acabou por dizer. Se tivesse de dar um título a estas palavras, dar-lhe-ia o seguinte: *O Sínodo visto por dentro*.

Dia 23 de Novembro (sábado)

Estou de novo em Roma, desta vez no Sínodo Extraordinário, convocado pelo Papa para celebrar o 20.º aniversário do encerra-

mento do Concílio. Um jornalista perguntou-me se será este o prólogo do Vaticano III, e o que é que eu penso acerca do que, há dias, se lia em certo jornal que se publica em Lisboa: «O Concílio Vaticano II vai ser julgado por 165 cabeças» (era assim o título).

Respondi que o Sínodo não vai ser o prólogo do Vaticano III pela simples razão de que estamos longe de ter assimilado o II; e sobre o receio manifestado no título do jornal, disse que esse receio era infundado, dado que um Sínodo não tem competência para julgar um Concílio.

Dia 24 (domingo)

O Sínodo abriu hoje com a concelebração eucarística presidida pelo Papa. É o dia litúrgico de Cristo-Rei.

Lembrei-me da abertura do Concílio há 23 anos. Estava-se então a 11 de Outubro de 1962. Nesse dia não concelebrámos, mas *assistimos à Missa* (era assim que então se dizia), como qualquer fiel. A concelebração não tinha sido ainda introduzida na liturgia do rito latino.

Hoje foi diferente. As quatro centenas e meia de Bispos presentes (uns para a reunião do Sacro Colégio dos Cardeais, que ontem terminou, outros para o Sínodo que hoje começa e alguns para as duas coisas) paramentaram-se numa das salas dos palácios apostólicos e, em muito boa ordem, foram descendo os degraus da «scalla reggia», a caminho da praça de S. Pedro e dali entraram na basílica vaticana. Foi assim também no dia em que teve início o Concílio. A coincidência é uma maneira de evidenciar a importância deste Sínodo e a sua vinculação directa ao Concílio. O Papa vinha em último lugar, de báculo na mão. Anoto, com agrado, que João Paulo II pôs de parte, e de vez, a sédiã gestatória, de que nunca gostei; fazia-me lembrar certas cenas dos tempos dos faraós...

Enquanto íamos assim caminhando, revestidos dos paramentos sagrados, todos de cor branca, o coro, que cantava dentro da basílica, fazia-se ouvir, ao longo de todo o percurso, através de discretos altifalantes. Era uma prece litânica, de sabor medieval, a Cristo Redentor, à Virgem Maria e aos Santos, em favor da Igreja, do Papa e dos Bispos do mundo inteiro. A melodia e a letra perturbavam a minha sensibilidade. *Exaudi, Christe, Ecclesiae sanctae Dei salus perpetua* — cantava o coro; e a assembleia respondia: *Tu illum adjuva; Tu illos adjuva*. Depois vinha a invocação dos Santos, espe-

cialmente escolhidos para esta oportunidade, entre aqueles que nos precederam na fé: Apóstolos, Evangelistas, Mártires, Confessores, Virgens, Bispos, Presbíteros, Religiosos, Leigos. Foi com íntima satisfação que ouvi, pela primeira vez incluído numa prece litânica, o nome de Tomás Moro, um leigo casado duas vezes, modelo de homens de Estado, para todos os tempos: «um homem para a eternidade». Depois foi a Missa, à volta do altar chamado da «confissão».

Dia 25 (segunda-feira)

A primeira sessão do Sínodo começou esta manhã, às 9 horas em ponto. A sala do Sínodo é agora no primeiro andar de uma das extremidades da «sala Paulo VI», destinada às audiências gerais. É uma sala em anfiteatro, em forma de leque, e tem capacidade para umas trezentas pessoas. No eixo do leque está a presidência. O Papa esteve presente à direita do Secretário Geral do Sínodo, o Arcebispo flamengo Jan Schote.

Enquanto vamos ocupando os nossos lugares segundo as regras canónicas das precedências, volto a ver caras conhecidas da primeira e das outras sessões do Concílio. Estão mais velhos. Eu também. Fazem-me lembrar os veteranos da Guerra Mundial, reunidos para celebrarem o aniversário do armistício. Alguns encontram-se já na reserva — perdoem-me eles a expressão da gíria militar —, mas vieram, convidados especialmente pelo Papa, como «testemunhas» qualificadas desse grande acontecimento que foi o Concílio. Aponto o nome de alguns que melhor conheci: Marty, de Paris; Herman Volk, de Mogúncia; Suenens, de Malines-Bruxelas; Muñoz Vega, de Quito, no Equador... Outros estão ainda no activo, ao serviço de Dioceses ou nos serviços da Cúria Romana. Mas já não são muitos os que fizeram todo ou parte do Concílio.

O primeiro acto desta manhã foi precisamente o testemunho de como um Padre conciliar viveu os dias do Concílio. Foi designado para esta tarefa o Cardeal Gabriel Maria Garrone, antigo Arcebispo de Toulouse, chamado, depois do Concílio, a gerir uma das Congregações mais delicadas da Cúria Romana: a que tem a seu cargo os Seminários e as Universidades da Igreja. O Cardeal Garrone é um teólogo, um homem espiritual e também um escritor. Através das suas palavras revivi a minha experiência conciliar. Pena que a exposição tenha sido em latim! Por detrás do texto latino eu

estava a tentar adivinhar o texto original redigido em francês, mais dúctil e mais vivo. No intervalo da sessão tomei a liberdade de lho dizer. Ou porque já estava assim previsto ou porque as minhas palavras sortiram efeito, a verdade é que na sessão da tarde o texto francês policopiado (o latino tinha sido impresso) era distribuído a todos os Padres sinodais. Agora sim que é o Cardeal Garrone! Não é que eu — devo aqui anotá-lo — seja alérgico ao latim; mas nem todos são capazes de compor um texto em latim com fluidez e elegância.

Transcrevo aqui meia página dessa preciosa evocação.

«O que foi o Concílio Vaticano II?» — perguntava o Cardeal Garrone. E respondia: «Foi primeiro e antes de tudo uma maravilhosa experiência. Todos os ecos que nos ficaram das primeiras horas como das últimas revelam uma atmosfera de uma intensidade e de uma qualidade únicas. Experiência que era certamente vivida em profundidade, mas que seria não só falso mas perigoso reduzir a um puro sentimento, no sentido banal e superficial desta palavra.

Seria inadequado falar de «sentimento» para traduzir aquilo que cada um de nós experimentava tão unanimemente e tão vivamente. As horas difíceis não faltaram. Aquelas que acompanharam já a partida difícil, devido à indefinição dos objectivos do Concílio; e aquelas que, num clima que roçava pela irritação, iam de par com a busca não menos difícil de uma conclusão; como ainda aquelas que vinham da própria natureza dos problemas, em que cada um de nós sentia comprometida a sua própria fé: sentido da Tradição, liberdade religiosa,... sem falar de questões como são as da comunicação e da família.

Se se pode falar de «alegria», esta alegria não tinha nada de um optimismo fácil. Ela provinha das profundezas e não deixou constantemente de se alimentar nesta Eucaristia cotidiana, através de uma liturgia em que a alma se dilatava, particularmente na descoberta dos esplendores orientais. Mas a alegria procedia também do próprio objecto do trabalho. Lentamente, através das discussões, das reflexões, com a colaboração de teólogos esclarecidos, graças à presença quase sensível de Jesus Cristo, na comunhão fraterna, sustentada pelo Espírito de Verdade e de Caridade, a fé tornava-se nas almas um foco de luz donde não cessavam de irradiar clarões que traziam consigo o calor da caridade. (...)

Recordar a experiência do Concílio é percorrer de novo «o que o Espírito dizia à Igreja» durante a sua celebração, e indicar, ao mesmo tempo, o que isto comportava para o futuro. Para o Concílio

não se tratava de inventar coisas novas, mas de se *reconhecer* o que se sabia. Nada de novo, mas tudo novo: este é o sinal da fé».

Uma página de um testemunho que importa ler do princípio ao fim. Pelo lugar que Mons. Garrone ocupou, por eleição dos seus pares, na Comissão Teológica, o seu depoimento é altamente qualificado. (O texto completo poderá encontrar-se no primeiro número de Janeiro da *Documentation Catholique* (1986)).

Depois do intervalo de meia hora, para beber uma limonada ou tomar um «capucino» num dos bares anexos à sala sinodal, entrou-se na ordem do dia. O Cardeal Danneels, Arcebispo de Malines-Bruxelas, apresentou a síntese dos relatórios das conferências episcopais. Um «tour d'horizont» a nível mundial. Todas as respostas ao inquérito feito às Dioceses são concordes na seguinte afirmação: «O Concílio mantém o seu valor; não é lícito voltar atrás; o caminho do futuro é a fidelidade ao Vaticano II. A Igreja realizou um trabalho gigantesco nestes últimos anos... a um ritmo e com uma energia tão intensos como ela raras vezes conhece...».

Houve, sem dúvida, fenómenos negativos na aplicação do Concílio, uns devidos a resistências infundadas, outros a imprudências ou certa superficialidade na leitura dos documentos conciliares. Mas, apesar das dificuldades, não houve traumatismos.

Volto, com agrado, a ouvir dizer que é um erro falar da Igreja pré-conciliar e da Igreja pós-conciliar, como se se tratasse de duas Igrejas diferentes, como se tivesse havido uma quebra de identidade. Vejo confirmada a minha experiência pessoal. Tendo participado no Concílio desde o primeiro até ao último dia, senti que os meus horizontes se alargavam, mas jamais senti, depois de estudo e de reflexão, que tinha de desdizer o que até então julgava ser a minha fé cristã. Sentia-me como se sente um adolescente, que se vê crescer dia após dia, mas tem a noção viva de que é o mesmo «eu» que está crescendo.

Está enunciado o tema da nossa reflexão para estes dias. Volta-me à ideia a alegoria da árvore, que tantas vezes tenho utilizado para explicar a doutrina do Concílio. A constituição dogmática *Lumen gentium* — que trata da Igreja — é como que o tronco da árvore; a constituição *Dei Verbum* — sobre a Divina Revelação — são as raízes que lhe servem de fundamento; a constituição sobre a Sagrada Liturgia, a seiva que anima a árvore e sem a qual ela secaria (o que seria a Igreja, se não fosse uma *Ecclesia orans* ?); e a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, a resposta da Igreja ao mundo

estava a tentar adivinhar o texto original redigido em francês, mais dúctil e mais vivo. No intervalo da sessão tomei a liberdade de lho dizer. Ou porque já estava assim previsto ou porque as minhas palavras sortiram efeito, a verdade é que na sessão da tarde o texto francês policopiado (o latino tinha sido impresso) era distribuído a todos os Padres sinodais. Agora sim que é o Cardeal Garrone! Não é que eu — devo aqui anotá-lo — seja alérgico ao latim; mas nem todos são capazes de compor um texto em latim com fluidez e elegância.

Transcrevo aqui meia página dessa preciosa evocação.

«O que foi o Concílio Vaticano II?» — perguntava o Cardeal Garrone. E respondia: «Foi primeiro e antes de tudo uma maravilhosa experiência. Todos os ecos que nos ficaram das primeiras horas como das últimas revelam uma atmosfera de uma intensidade e de uma qualidade únicas. Experiência que era certamente vivida em profundidade, mas que seria não só falso mas perigoso reduzir a um puro sentimento, no sentido banal e superficial desta palavra.

Seria inadequado falar de «sentimento» para traduzir aquilo que cada um de nós experimentava tão unanimemente e tão vivamente. As horas difíceis não faltaram. Aquelas que acompanharam já a partida difícil, devido à indefinição dos objectivos do Concílio; e aquelas que, num clima que roçava pela irritação, iam de par com a busca não menos difícil de uma conclusão; como ainda aquelas que vinham da própria natureza dos problemas, em que cada um de nós sentia comprometida a sua própria fé: sentido da Tradição, liberdade religiosa,... sem falar de questões como são as da comunicação e da família.

Se se pode falar de «alegria», esta alegria não tinha nada de um optimismo fácil. Ela provinha das profundezas e não deixou constantemente de se alimentar nesta Eucaristia cotidiana, através de uma liturgia em que a alma se dilatava, particularmente na descoberta dos esplendores orientais. Mas a alegria procedia também do próprio objecto do trabalho. Lentamente, através das discussões, das reflexões, com a colaboração de teólogos esclarecidos, graças à presença quase sensível de Jesus Cristo, na comunhão fraterna, sustentada pelo Espírito de Verdade e de Caridade, a fé tornava-se nas almas um foco de luz donde não cessavam de irradiar clarões que traziam consigo o calor da caridade. (...)

Recordar a experiência do Concílio é percorrer de novo «o que o Espírito dizia à Igreja» durante a sua celebração, e indicar, ao mesmo tempo, o que isto comportava para o futuro. Para o Concílio

não se tratava de inventar coisas novas, mas de se reconhecer o que se sabia. Nada de novo, mas tudo novo: este é o sinal da fé».

Uma página de um testemunho que importa ler do princípio ao fim. Pelo lugar que Mons. Garrone ocupou, por eleição dos seus pares, na Comissão Teológica, o seu depoimento é altamente qualificado. (O texto completo poderá encontrar-se no primeiro número de Janeiro da *Documentation Catholique* (1986)).

Depois do intervalo de meia hora, para beber uma limonada ou tomar um «capucino» num dos bares anexos à sala sinodal, entrou-se na ordem do dia. O Cardeal Danneels, Arcebispo de Malines-Bruxelas, apresentou a síntese dos relatórios das conferências episcopais. Um «tour d'horizont» a nível mundial. Todas as respostas ao inquérito feito às Dioceses são concordes na seguinte afirmação: «O Concílio mantém o seu valor; não é lícito voltar atrás; o caminho do futuro é a fidelidade ao Vaticano II. A Igreja realizou um trabalho gigantesco nestes últimos anos... a um ritmo e com uma energia tão intensos como ela raras vezes conhece...».

Houve, sem dúvida, fenómenos negativos na aplicação do Concílio, uns devidos a resistências infundadas, outros a imprudências ou certa superficialidade na leitura dos documentos conciliares. Mas, apesar das dificuldades, não houve traumatismos.

Volto, com agrado, a ouvir dizer que é um erro falar da Igreja pré-conciliar e da Igreja pós-conciliar, como se se tratasse de duas Igrejas diferentes, como se tivesse havido uma quebra de identidade. Vejo confirmada a minha experiência pessoal. Tendo participado no Concílio desde o primeiro até ao último dia, senti que os meus horizontes se alargavam, mas jamais senti, depois de estudo e de reflexão, que tinha de desdizer o que até então julgava ser a minha fé cristã. Sentia-me como se sente um adolescente, que se vê crescer dia após dia, mas tem a noção viva de que é o mesmo «eu» que está crescendo.

Está enunciado o tema da nossa reflexão para estes dias. Volta-me à ideia a alegoria da árvore, que tantas vezes tenho utilizado para explicar a doutrina do Concílio. A constituição dogmática *Lumen gentium* — que trata da Igreja — é como que o tronco da árvore; a constituição *Dei Verbum* — sobre a Divina Revelação — são as raízes que lhe servem de fundamento; a constituição sobre a Sagrada Liturgia, a seiva que anima a árvore e sem a qual ela secaria (o que seria a Igreja, se não fosse uma *Ecclesia orans* ?); e a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, a resposta da Igreja ao mundo

que a cerca — como que o córtex vivo de uma Igreja voltada para o serviço e a salvação do mundo. Os outros doze documentos conciliares são os ramos deste tronco robusto, que dele despontam como exigência natural e aplicação concreta.

O relator resumiu tudo isto no título que deu à sua introdução aos trabalhos do Sínodo: *Ecclesia / sub Verbo Dei / mysteria Christi celebrans / pro salute mundi*. (A Igreja — obediente à Palavra de Deus — celebra o mistério de Cristo — para a salvação do mundo).

Dia 26 (terça-feira)

Setenta por cento das conferências episcopais dos cinco continentes tinham enviado à Secretaria Geral do Sínodo os relatórios respectivos. As restantes — segundo informou o Secretário Geral — não o puderam fazer ou por impossibilidade de convocar uma assembleia plenária especial durante o período indicado ou por falta de estruturas administrativas e de pessoal qualificado para obter um bom resultado em tão pouco tempo. Os relatórios das conferências episcopais não foram publicados, para evitar especulações.

É agora que estamos dando conta, através das intervenções dos Padres sinodais dos vários continentes, qual o conteúdo desses relatórios. Retomo aqui, para o tema que me interessa agora, algumas frases isoladas: «O Concílio foi um novo Pentecostes» (Lándázuri, Arcebispo de Lima, no Perú). «O incomensurável bem que o Vaticano II trouxe à Igreja da Coreia é claramente visível» (Kim, Arcebispo de Seul). «O Vaticano II foi recebido com grande alegria pela Igreja do Gana: ele teve uma benéfica influência na fé e na vida da Igreja» (Peter Dery, Arcebispo de Tamale). «Em geral o Concílio beneficiou enormemente as Igrejas da nossa região» (Carter, Arcebispo de Kingston, Jamaica-Antilhas). «O Concílio foi uma graça de Deus e o acontecimento mais importante deste século» (Quarracino, Bispo de Avellaneda — Argentina — e Presidente do CELAM). «No Brasil os frutos do Concílio Vaticano II são largamente positivos no campo da Bíblia, liturgia, espírito missionário, engajamento social, opção pelos pobres, dimensão de serviço e comunhão nas estruturas da Igreja» (Ivo Lorscheiter, Bispo de Santa Maria). «Os Bispos da Jugoslávia afirmam que o Concílio Vaticano II foi um grande dom de Deus à Igreja deste tempo...» (Kuharic, Arcebispo de Zagreb). «Os benefícios do Concílio, referidos pelo relator Cardeal

Danneels, são benefícios de que também eu sou testemunha» (Law, Arcebispo de Boston — Estados Unidos da América). No mesmo sentido e usando quase as mesmas palavras se exprimiu o presidente da conferência episcopal holandesa, Simonis, Arcebispo de Utreque.

Gostei especialmente de ouvir o que disse o presidente da conferência episcopal espanhola. D. Gabino Diaz Merchán, disse o seguinte: «O Concílio Vaticano II foi e está sendo para nós uma graça extraordinária de Deus para realizar a nossa missão num momento histórico especialmente difícil».

Podia alongar a reportagem. Ao ouvir estes Bispos, vindos dos vários pontos cardiais, eu estava tomando o pulso à vida da Igreja e via até que ponto a análise por eles realizada coincidia com a análise que os Bispos portugueses tinham feito no relatório enviado ao Sínodo. Desse relatório, como notou um jornalista nortenho, que a ele teve certamente acesso, podia dizer-se que a nota dominante era uma nota de optimismo.

Mas, se os Bispos do mundo inteiro estão de acordo que o Concílio foi um dom de Deus à sua Igreja, um novo Pentecostes, eles não deixam de anotar, ao mesmo tempo, que houve muitas deficiências na sua aplicação. A este propósito Diaz Merchán observava na sua intervenção o seguinte: «O tempo conciliar foi também um tempo de prova e de purificação, dado que juntamente com verdadeiras conquistas pudemos cometer erros e omissões». Esta tónica de um são realismo verificou-se hoje em muitas intervenções. Quais as causas da deficiente aplicação do Concílio? Creio que ninguém melhor que D. Arrieta Villaslobos, Arcebispo de S. José da Costa Rica, fez o seu diagnóstico. Anoto aqui as suas observações, pois, estou certo disso, muitos Padres sinodais irão voltar, por estas ou outras palavras, ao mesmo argumento. Disse o Arcebispo de Costa Rica: «Os males da Igreja nos passados vinte anos provieram daqueles: 1.º, que se acercaram do Concílio vazios do Espírito de Cristo e de autêntico amor à Igreja; 2.º, que não se preocuparam com lê-lo e estudá-lo detidamente e encarná-lo na sua vida e nas dos demais; 3.º, que só o usaram como pretexto para difundir as suas próprias opiniões; 4.º, que interpretaram falsamente os ensinamentos conciliares».

O Arcebispo Villaslobos falava do seu país. Alguns Padres de outras partes do mundo corroboraram, por palavras semelhantes, o diagnóstico feito por este Bispo da América Central.

Dia 27 (quarta-feira)

Ontem alguns Padres deixaram o latim, para falar em língua vernácula. O primeiro a infringir a regra foi um cardeal, o Arcebispo de Dakar (do Senegal), que falou em francês. Admirei-me que fosse um bispo negro a fazê-lo — um bispo aliás a quem eu tinha ouvido, há anos e aqui mesmo, fazer a apologia do latim como língua da unidade, em que todos, sem perigo de nacionalismos, nos poderíamos fazer entender. Vejo que também os bispos e os cardiais estão sujeitos a mudar de opinião...

Logo outro se lhe seguiu usando o inglês.

Tive de pôr na orelha o aparelho da tradução simultânea e carregar no botão para escutar em língua para mim mais correntia o que se estava a dizer. Daí a pouco um Bispo, meu amigo, da América Central, rompeu a falar em espanhol. O Secretariado Geral não reagiu. Prevejo que já ninguém vai pôr um dique nesta liberdade linguística. Um Bispo árabe, quando lhe chegou a vez de falar, começou assim: «Eu também me sentia no direito de falar na minha língua, hoje usada por não menor número de pessoas do que as daqueles oradores que me precederam. Mas não tenham receio! Não desejaria, invocando os meus direitos, ver-me reduzido a ter de falar para as paredes... Falarei, pois, em latim».

Apesar de o português ser uma língua românica, filha do latim como o italiano, o francês ou o espanhol, línguas já hoje usadas nesta sala sinodal, tenho a impressão de que se eu falasse em português, tirante cinco ou seis pessoas dentro desta sala, teria a mesma sorte do bispo árabe: ninguém mais me compreenderia. A língua portuguesa, falada por portugueses (não digo o mesmo quando ela é usada pelos brasileiros), é excelente para poetas líricos, mas perde o vigor na boca dos oradores. Não vale a pena invocar os meus brios patrióticos, quando tiver de intervir. O melhor é agarrar-me ao latim: ao menos ficarei a saber que toda a gente me entendeu...

O Arcebispo de Paris, Cardeal Lustiger, fez hoje uma boa e oportuna intervenção. Escutei-o com atenção. Retomo aqui parte do resumo que foi dado para a imprensa. Disse assim o Cardeal: «Outrora o primado romano, consoante as deslocações do «oikoméne» — isto é, do eixo da terra habitada — pôde ser considerado um obstáculo à comunhão das Igrejas. [O arcebispo de Paris referia-se à perda de importância da velha Roma e ao crescimento do poderio de Constantinopla, a Roma do Oriente]. O 1.º e o 2.º Con-

cílios do Vaticano abrem novas perspectivas, as quais como que antecipam o futuro da humanidade. Isto é agora claro aos olhos de toda a gente: a Igreja não coincide com o Império. A unidade que ela espera e realiza é de ordem diferente da ordem política. Hoje o primado de Pedro pode aparecer numa luz mais evidente — espiritual — como garantia de unidade que dá firmeza às particularidades eclesiais, enquanto, por outro lado, a colegialidade dos bispos, estrutura a comunhão católica, através da diversidade das culturas».

O Arcebispo de Paris falou em francês — um francês claro, elegante, diria parisiense. Outros Padres sinodais falaram hoje em inglês, espanhol, italiano e latim. Alguns manejam o latim com elegância e fluidez, com frases curtas e verbo no fim, como fazia Cícero nas suas Cartas. Outros não conseguem ser tão elegantes. Hoje um eminente Bispo da América do Sul, em vez de dizer «poterunt» — como seria correcto — disse «potebunt», e outro, esquecendo-se de que o verbo «facere» é um verbo irregular, que na passiva se diz «fieri» e não «faci», avançava dizendo, com toda a segurança, «faciebantur», em vez de «fiebant». Cícero teria ficado arripiado se ouvisse um latim desta categoria. Os meus companheiros que estão nas cadeiras da frente — dois circunspectos cardeais italianos da Cúria, habituados à prática do latim, quando ouvem destes dislates, dão-se eles mesmos, uma ligeira cotovelada, deixando transparecer um sorriso malicioso. Mas há no mundo coisas piores que uma mudança de acento ou uma calinada mais grave no uso da língua latina...

Chegou-me hoje às mãos uma revista laica — um desses magazines de grande tiragem, com boas fotografias nem todas inocentes, escrito e publicado para satisfazer a curiosidade de diletantes ou para preencher o tempo quando se está à espera de consulta na sala de espera do médico. São estas revistas — como a televisão — que fazem a opinião pública, uma opinião pública massificada, onde, por via de regra, não tem cabimento o espírito crítico.

O número antecipado de Dezembro do magazine a que me refiro, além de outras rubricas, traz também algumas páginas consagradas ao Sínodo extraordinário dos Bispos. Mais que pelos comunicados da sala de imprensa, é através destas revistas que o grande público toma conhecimento das coisas da Igreja. Um conhecimento mais ou menos objectivo, mas sempre coado pelo ponto de vista do jornalista que assina os artigos e da direcção da revista, que lhe escolhe os títulos. É assim lá como cá...

Para abrir o apetite do leitor sobre as coisas do Sínodo, a rubrica que lhe é consagrada abre com uma caricatura, que apanha duas páginas: uma barca e, dentro dela, ao leme, o Papa, de testa enrugada, capa a esvoaçar, que luta contra ventos e marés, acompanhado de alguns cardeais em atitudes desencontradas: Ratzinger, Hume e outros.

A caricatura não é desrespeitosa nem o artigo que a acompanha; mas quem vir a Igreja através destes meios de comunicação social fica com a ideia de que a vida da Igreja se reduz a uma luta de facções, ordinariamente endurecidas pela pena do autor, nas quais se alinham, de um lado, os defensores do chamado «centralismo romano» e, do outro, os assertores da descentralização e da afirmação dos direitos da periferia (dioceses ou conferências episcopais), invocando o princípio da subsidiariedade. Como se vê, o problema eterno de como harmonizar e levar à sua máxima perfeição as duas notas essenciais da Igreja: a sua *catolicidade*, com a variedade de formas que são a sua riqueza e também, — porque não dizê-lo? — o seu perigo, e a sua *unidade*, que corre, também ela, a tentação de se confundir com uniformidade.

Ordinariamente nestas análises dos jornalistas vigora um certo maniqueísmo, que tem mais facilidade em usar das conjunções *disjuntivas* (ou... ou) do que das *copulativas* (e... e). Dentro da Igreja (e também agora na aula sinodal) aquilo de que dou conta é de que os Padres se esforçam por usar as copulativas, dizendo Escritura e Tradição, Primado e Colegialidade, Diálogo e Missão, Libertação temporal e Libertação escatológica... Fico a pensar como é difícil ser católico. Porque a tendência mais espontânea é para privilegiar visões ou aspectos sectoriais e opô-los uns aos outros. A *airesis*, isto é, a selecção preferencial, é mais fácil do que o *cata-olov*, isto é a consideração global, abrangendo não apenas 90 ou 120, mas, sempre que possível, os 360 graus. Mas católicos — católicos no sentido profundo e nobre da palavra e não como etiqueta confessional — só o seremos plenamente quando chegarmos ao Paraíso. Nesta terra, em que o processo do conhecimento é «diviser pour unir» — como diria Maritain — todos nós estamos sujeitos a preferir a heresia (isto é, a visão sectorial) à visão global, que é o objectivo final do catolicismo. Ela é também a tendência mais profunda, embora a não mais imediata, do espírito humano.

Dia 28 (quintá-feira)

Tenho feito todos os dias a pé, duas vezes por dia, o caminho entre o Colégio Português, onde estou instalado, e a Sala sinodal. São 20 minutos para cada lado. Ponho em prática uma das três condições que um médico amigo, do Porto, me aconselhava para manter a saúde. (As outras duas não são para aqui chamadas). Não digo que não me façam falta estes 80 minutos, gastos nestas caminhadas. Mas, como vou sozinho, elas dão-me ocasião não só para fazer algum exercício físico, mas também para ir reflectindo um pouco sobre o que vou vendo e ouvindo.

Hoje, em todo o caso, em vez de descer pela Via Aurélia e dobrar para o lado do Palácio do Santo Officio, naquela esquina onde está a fonte chamada dos «cavalos do Papa», em vez deste caminho descobri outro não apenas mais curto, mas bastante mais poético e sossegado. Descendo e subindo as duas rampas — a do Muralé del Vaticano e a da Via Aurélia — costeio as muralhas ensombradas pelos pinheiros mansos que dividem a Cidade do Vaticano da cidade de Roma, chegando num pulo à Porta del Perugino, uma das quatro portas por onde se pode entrar a pé ou de carro na cidade do Vaticano: A Porta del Perugino está voltada para nascente. Quando ali passo, já depois do meio dia, de regresso a casa, o sol — este já débil mas belo sol de Outono — doura, com a sua luz, as muralhas feitas de pequenos tijolos maciços.

À Porta del Perugino está sempre um guarda fardado, que já me conhece e me diz: «Bon giorno, buona sera, Eccellenza!» Devo ser o único Padre sinodal a passar a pé, todos os dias, por aquela porta. Mais cinco minutos e estou na sala sinodal. Agora que fiz esta descoberta, em vez de 80 minutos, gasto apenas um hora.

Os Padres sinodais, nas numerosas intervenções destes dias, não se têm fixado apenas a fazer aquilo que eu poderia chamar a radiografia da Igreja. Têm procurado também indicar as linhas de rumo do futuro.

Aparece, dita aqui e ali, uma palavra que também nós dissemos no nosso relatório enviado à Secretaria Geral do Sínodo no princípio do mês de Setembro: é preciso — dizem os Padres — proceder a uma *segunda leitura* do Concílio. O Concílio está longe de ter sido assimilado. Algumas causas já foram apontadas por D. Arrieta Villaslobos; mas existem outras. Nos países totalitários a Igreja

ou foi totalmente impedida de realizar a sua missão ou foi seriamente dificultada. Ouço com emoção o presidente da conferência episcopal de Cuba dizer estas significativas palavras: «A nossa experiência conciliar nasceu historicamente conjugada com o início da experiência ateia no nosso país. Difundimos os textos conciliares, recopiando-os à mão. [Toda a gente sabe — a observação é minha — que nos países onde se instalou o marxismo, as tipografias foram confiscadas e o fornecimento do papel está condicionado por razões de Estado]. Mas destas dificuldades — continua D. Adolfo Herrera — nasceu uma comunhão de amor que nunca se interrompeu nestes 25 anos. Agradecemos ao Concílio que não tenha condenado ninguém, porque consideramos que tem mais força o anúncio sereno do Evangelho e a vivência gozosa da fé do que qualquer atitude puramente condenatória e defensiva».

Nalguns países o único recurso que a Igreja tem para cumprir a sua missão são as celebrações litúrgicas. Acontece assim nalguns países da Europa para além da «cortina de ferro», mas acontece também o mesmo no sudoeste asiático, designadamente no Vietnã. «A nossa preocupação principal — observava o Arcebispo de Hanoi, Cardeal Trinh-Van-Can — tem sido de procurar adquirir um estilo vivo, límpido, preciso, para transmitir, por meio da liturgia actual, os mistérios do Cristianismo, revelando, através dela, as riquezas do mistério central da redenção, sem esquecer de pôr em relevo, se há lugar para isso, os pontos de encontro com a cultura do povo vietnamita.

Para promover mais a obra da reforma litúrgica, fomos autorizados a imprimir, nos próximos meses, 8 000 exemplares da Bíblia e 80 000 exemplares do missal cotidiano em língua vietnamita. Estes livros — acrescentava o Bispo de Hanoi — contribuirão para propagar o Evangelho entre o povo cristão e para facilitar a leitura e celebração da palavra de Deus».

Mas não é apenas nos países dominados pelos soviéticos que a Igreja sofre restrições: sofre-as também nos países árabes, onde o fanatismo religioso e o proselitismo violento, que vem de longa data, impedem o livre exercício das actividades das outras religiões, designadamente da religião cristã. A declaração sobre a liberdade religiosa, aprovada pelo Vaticano II, não tem tido, infelizmente, aplicação igual de um e outro lado.

Depois de ter referido as limitações a que os cristãos estão sujeitos no seu país, o Padre sinodal que fez estas confidências pediu aos

seus colegas e a quantos se encontravam na sala que não fosse dada publicidade a quanto havia dito, caso contrário poderia ser posto em causa o regresso ao seu país de missão.

Mas os entraves não vêm só dos países totalitários, onde as autoridades cerceiam a liberdade da Igreja. Esses entraves encontram-se também no chamado primeiro mundo. No seu relatório o Cardeal Danneels chamou a atenção para a idolatria da comodidade material (consumismo), que se apoderou do mundo ocidental. Dessa idolatria pode resultar certa cegueira em relação às realidades espirituais. Mesmo dentro da Igreja se deixou atenuar o sentido do mistério e do sagrado. Alguns documentos do Concílio, designadamente aquele que se refere à sagrada Liturgia, tiveram, em geral, uma assimilação sem resistências, mas bastante superficial.

Dia 29 (sexta-feira)

Escrevi ontem, aqui, a palavra «assimilação superficial», para exprimir o diagnóstico feito por alguns Padres sinodais ao modo como o ensinamento do Concílio foi recebido nalguns meios, designadamente em matéria litúrgica. Voltei a ler a intervenção do Cardeal Agostinho Meyer. O Cardeal Meyer é um beneditino alemão que se encontra à frente da Congregação para o Culto Divino. Alto, magro todo o seu perfil é o perfil de um asceta. A sua intervenção foi uma intervenção serena, escrita em latim claro e correntio. No meu entender, a melhor intervenção do dia de ontem. O Cardeal, a quem felicitei, trouxe-me hoje o texto completo. Li-o agora com toda a atenção. Não desejava perder — até para meu uso pessoal — esta bela e profunda admonição de um filho de S. Bento, chamado a servir a Igreja naquele campo que é o cerne da sua vida — o campo da sagrada Liturgia.

«É evidente — disse o Cardeal Meyer — que a renovação litúrgica, segundo as directivas do Vaticano II, deu frutos ricos na vida da Igreja, não obstante alguns desvios ocasionais.

Mas não estarão realizadas as intenções do Concílio, se não for cultivado, na celebração litúrgica, um justo sentido do Mistério. A celebração litúrgica não é primariamente a execução de acções humanas, mas a celebração das obras salvíficas do Senhor e, ao mesmo tempo, a actualização da nossa redenção. É este sentido de participação, com compreensão, dos divinos mistérios, que deve ser inculcado nos corações dos membros do Povo de Deus. Estes

hãode ser atraídos a participar no culto da Igreja mais por uma profunda inteligência do Mistério do que pela invenção de sempre novas formas externas, não raro pouco consentâneas com o genuíno espírito litúrgico. A assembleia sagrada não se deve tornar numa comunidade que se está a celebrar a si mesma».

O Cardeal Meyer sabe como, com a perda do sentido do Mistério, se tem vindo a perder também o sentido do respeito pelas acções sagradas, quer por parte dos fiéis, quer mesmo por parte dos ministros sagrados. Lembro-me de um beneditino belga, D. Martin, chamado pelo Cardeal Cerejeira para orientar, do ponto de vista litúrgico, a construção da igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa. D. Martin ficou depois em Portugal, ao serviço do Instituto de Santa Doroteia, no Linhó. Pois o monge beneditino, que usava sempre o seu hábito, quando tinha de entrar na capela-mor da igreja, ia à sacristia revestir-se de roquete ou de sobrepeliz. Era a sua maneira, talvez um pouco exagerada, de exprimir o respeito pelo sagrado. Não se terá caído actualmente no polo oposto? A este respeito são de escutar as palavras de D. Agostinho Meyer pronunciadas no Sínodo:

«Conservado cuidadosamente ou, se for necessário, recuperado o sentido do Mistério, assegure-se também (*in tuto ponatur*) o sentido do sagrado e da reverência, que deve ser característica da sagrada Liturgia. A reverência pelo Mistério de Deus que se comunica deve, certamente, existir, antes de mais, no espírito e no coração; mas, pois que a Liturgia se exprime por sinais sagrados, essa reverência deve exprimir-se também de modo externo e visível».

«Não será que — perguntava D. Meyer — neste capítulo algumas coisas se devem modificar para melhor? Primeiro, pela nossa pregação e exemplo! Depois, na prática dos fiéis. Devemos perguntar-nos por que é que os fiéis do rito latino deixam, com frequência, as celebrações próprias do seu rito e frequentam as celebrações litúrgicas dos orientais, muitas vezes com notável sacrifício. Embora estas celebrações lhes sejam menos familiares, eles todavia preferem-nas, em virtude do sentido do sagrado, da reverência e do esplendor da glória de Deus, que descobrem nessas celebrações.

Certamente que a índole *didáctica* da liturgia deve ser plenamente reconhecida; mas ela não é o fim primordial do culto litúrgico; esse fim é sempre um fim *latrêutico*, isto é, de adoração, de louvor, de acção de graças ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo».

Gostei de ouvir o Cardeal Meyer. Desejava que a sua lição se não perdesse.

Hoje alguém veio trazer-me uma carta ao Colégio. Em tempos de Sínodos ou de Concílio há sempre quem traga recados, assim, à porta de casa, ou quem os mande pelo correio, para serem distribuídos durante as sessões, ou até quem os distribua publicamente, mas, neste caso, já fora de portas...

Desta vez era uma fotocópia de uma carta dirigida ao Papa por D. Marcel Lefebvre, com data do passado dia 31 de Agosto. O ponto de fricção é a Declaração sobre a liberdade religiosa.

«A mudança operada na Igreja nos anos sessenta — são palavras de D. Marcel — concretizou-se e afirmou-se no Concílio pela Declaração sobre a liberdade religiosa. Esta Declaração reconhece ao homem o direito natural de ser isento da coacção que lhe impõe a lei divina de aderir à fé católica para se poder salvar, coacção que se traduz necessariamente nas leis eclesiásticas e civis, submetidas à autoridade legislativa de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esta liberdade de coacção da lei divina e das leis humanas em matéria religiosa está inscrita entre as liberdades proclamada na Declaração dos Direitos do Homem, declaração ímpia e sacrílega, condenada pelos Papas.

Desta Declaração sobre a liberdade religiosa — continua D. Marcel — decorre, como de uma fonte envenenada:

1.º, o indiferentismo religioso dos Estados, mesmo católicos, realizado de há 20 anos para cá, por instigação da Santa Sé;

2.º, o Ecumenismo promovido, sem parar, por Vós mesmo e pelo Vaticano, ecumenismo que foi condenado pelo Magistério da Igreja e, em participar, pela encíclica «*Mortalium animos*», de Pio XI;

3.º, todas as reformas realizadas de há 20 anos para cá na Igreja, são para comprazer com os heréticos, os cismáticos, as falsas religiões e os inimigos declarados da Igreja, tais como os judeus, os comunistas e os franco-maçãos;

4.º, esta libertação de coacção da lei divina em matéria religiosa encoraja evidentemente a libertação da coacção em todas as leis divinas e humanas e destrói toda a autoridade em todos os domínios, especialmente no da moralidade.

É por isso que, se o próximo Sínodo não regressar ao Magistério tradicional da Igreja em matéria de Liberdade religiosa, mas confirmar este grave erro, fonte de heresias, nós ficaremos no direito

de pensar que os membros do Sínodo não professam já a fé católica.

Santo Padre, [conclui a carta, dirigindo-se directamente ao Papa], a vossa responsabilidade está gravemente comprometida nesta nova e falsa concepção da Igreja, que arrasta o clero e os fiéis para a heresia e para o cisma. Se o Sínodo, sob a vossa autoridade, perseverar nesta orientação, vós não sereis mais o Bom Pastor».

Transcrevi a parte mais importante e significativa da carta de D. Marcel Lefebvre, hoje recebida. Julgo que fotocópia semelhante terá chegado às mãos de todos os Padres sinodais.

Nunca, durante o Sínodo, foi pronunciado o nome do antigo Delegado Apostólico no Senegal e Superior da Congregação do Espírito Santo, mas estas e outras expressões do mesmo género estiveram presentes nas tomadas de posição dos Padres sinodais. Nenhum deles negou a existência de sombras e de defeitos na aplicação dos decretos conciliares. Mas D. Marcel Lefebvre coloca-se num campo diferente: do seu ponto de vista a falha não está na aplicação; a falha está na própria doutrina do Concílio, designadamente na Declaração sobre a Liberdade Religiosa.

Estou convencido (e a atitude do Sínodo vem confirmar a minha convicção) de que D. Marcel Lefebvre não distingue, como é devido, entre liberdade ou imunidade de coacção e autonomia da consciência humana.

A ONU — que não é nem pode ser confessional — limitou-se a afirmar que não é lícito obrigar-te a praticar determinada religião nem é lícito impedir-te de praticar a religião que julgas verdadeira ou de não praticar religião nenhuma. Por outras palavras: ninguém pode ser perseguido ou privilegiado por motivos puramente religiosos.

A Igreja, porém, reconhecendo a justeza da posição da ONU, coloca-se noutro plano. Ela não pode deixar de ser fiel a si mesma. Ela reconhece-se detentora da Divina Revelação e oferece-a a todos os homens. O diálogo missionário não tem outra finalidade. No íntimo da sua consciência o homem não é moralmente livre de buscar ou não buscar a verdade. É isso o que dizem os primeiros parágrafos da Declaração conciliar sobre a liberdade religiosa. D. Marcel também caiu na falta, tantas vezes notada durante este Sínodo, de fazer uma leitura selectiva dos textos conciliares. Quando não se lêem todas as páginas, é fatal que se encontrem erros. Não é possível dizer tudo ao mesmo tempo. A natureza do espírito humano é ser discursivo.

Transcrevo aqui os pontos mais significativos da carta de D. Marcel Lefebvre (poderia aduzir outros documentos) para me dar conta do terreno onde temos de nos mover e dos problemas a que é preciso dar resposta. E a resposta não está em pôr de parte o Concílio, mas em o ler de novo e prosseguir a sua aplicação, «facientes veritatem in caritate», como recomendava S. Paulo.

Dia 30 (sábado)

Passou já uma semana, sem quase dar por isso. Os trabalhos do Sínodo submetem os Padres sinodais a uma prova de resistência. Durante estes dias tenho levado uma vida espartana, com um horário apertado, que me faz lembrar os tempos em que era aqui estudante...

Terminou esta manhã a primeira parte do Sínodo. Acabaram as intervenções de carácter geral. Retenho alguma propostas concretas que foram feitas:

— O presidente da conferência episcopal do Canadá propôs que o Sínodo dirigisse uma mensagem pastoral aos fiéis e aos homens e às mulheres de boa vontade, para manifestar o desejo unânime dos Bispos em prosseguir o trabalho iniciado pelo Vaticano II e a sua vontade de servir a Igreja, sacramento de salvação no coração do mundo. A moção foi aprovada, e designado um grupo de trabalho, composto de Bispos representativos dos cinco continentes, em ordem à redacção do texto.

— O Arcebispo de Boston sugeriu que uma comissão de Cardeais prepare um catecismo conciliar ou um compêndio das verdades cristãs, para ser promulgado pelo Santo Padre depois de consultados os Bispos do mundo inteiro.

— O Arcebispo do Panamá, fazendo-se eco das conferências episcopais da América Central, propôs que este Sínodo extraordinário seja apenas o prelúdio de um trabalho a fazer mais em profundidade nas Igrejas locais; e que o Papa possa convocar mais adiante, quiçá quando, daqui a cinco anos, se perfizerem os 25 anos do encerramento do Concílio, outra sessão extraordinária sinodal, para pôr em comum todo o esforço realizado na linha conciliar.

— Vários Bispos da América latina lembraram a opção preferencial pelos pobres, na linha do Concílio e das assembleias de Medellín e de Puebla.

O Cardeal Danneels apresentou, ao fim da manhã, o relatório conclusivo, tendo em conta as sugestões dos padres sinodais. O esquema é o mesmo do texto inicial, com as achegas e propostas entretanto sugeridas.

É esse o texto que temos em mão para o trabalho de grupos (*circuli minores*), que foram constituídos esta tarde segundo as afinidades linguísticas. Os Bispos de língua portuguesa e espanhola estão divididos em dois grupos. No meu grupo são 17. Está representada a península ibérica, Angola, alguns países da América Central e da América do Sul. Quase metade do mundo! Um mundo onde há centenas de milhões de fiéis que acreditam em Jesus Cristo e na sua Igreja, mas onde existem os problemas mais variados.

Este trabalho de grupos, onde nos encontramos frente a frente e nos tratamos pelo nome de baptismo (Ivo, Aloísio, Gregório, Eugénio, Gabino, Manuel...) tem outro sabor. Começamos por eleger o moderador, uma função que não é nada fácil, pois cada um dos membros do grupo tem uma mentalidade e uma experiência pessoais, que reflectem ali, naquela sala de pequenas dimensões, um mundo geográfico, cultural e religioso muito variado. Uma coisa nos une: o desejo sincero de sermos fiéis à nossa missão e também — devo acrescentar — um fundo cultural comum, o que não acontece em todos os outros grupos.

A eleição do moderador foi feita por voto secreto. Saiu eleito D. Eugénio de Araújo Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, um homem habituado a estas lides, eficiente e delicado.

O trabalho foi fecundo. Dou conta da sensibilidade dos Bispos da América latina para os problemas de carácter social, e têm razão para isso. Se há zona do mundo onde sejam gritantes as desigualdades sociais, esse é o mundo da América latina. Não foi empregada a expressão «teologia da libertação», que começa a ficar carregada de ambiguidades, mas a promoção da justiça como fazendo parte da missão da Igreja foi frequentemente sublinhada.

A propósito das conferências episcopais — de que tanto se falou antes do Sínodo, sobretudo a partir da célebre entrevista do cardeal Ratzinger, que parecia diminuir-lhes o valor — os Bispos do meu grupo insistiram na importância delas. Um dos membros do grupo — especialmente qualificado para o fazer, pois tratava-se do presidente da Comissão encarregada da interpretação do novo Código de Direito Canónico, Cardeal Castillo Lara — chamou a atenção para o facto de o novo Código não usar a expressão «Con-

ferências Episcopais» mas «Conferências dos Bispos», o que significa que o Bispo tem dentro da conferência uma responsabilidade inalienável.

Pela minha parte insisti, como já o tinha feito antes na sala sinodal, em que se deve dar maior relevo ao trabalho dos Presbíteros na reforma conciliar. A esse propósito lembrei o proémio do decreto conciliar *Optatam totius*, onde se diz que «a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte (*magna ex parte*) do ministério dos sacerdotes, animado do espírito de Cristo». É preciso que isto se diga expressamente, pois os Presbíteros estão nas primeiras linhas da vida da Igreja. Eles merecem uma palavra de reconhecimento e de estímulo.

Este trabalho de grupos, iniciado ontem à tarde, protraíu-se por toda a manhã de hoje e irá durar ainda todo o dia da próxima segunda-feira.

Está resolvido que, de acordo com a sugestão feita pelo presidente da conferência do Canadá, se dirija uma Mensagem ao Povo de Deus. Far-se-á mais alguma coisa? Houve Sínodos — os mais recentes — em que os Padres sinodais se limitaram a entregar o resultado das suas reflexões ao Santo Padre, deixando ao Papa a sua utilização ulterior. Foi assim que da mão do Papa saíram esses grandes documentos que se chamam «Evangelli Nuntiandi» (de Paulo VI), «Catechesi tradendae», «Familiaris consortio» e «Reconciliatio et Paenitentia» (de João Paulo II). Em princípio um Sínodo não tem que publicar documentos, visto tratar-se de um órgão consultivo. Mas já aconteceu também que num Sínodo precedente se chegou à conclusão que era oportuna a publicação de um documento sinodal, que o foi com a aprovação expressa ou anuência do Papa. Foi assim o Sínodo de 1971, donde saiu o documento que tem por título «Justiça no Mundo» e «Ministério Sacerdotal».

Que irá acontecer neste Sínodo extraordinário em que estou a tomar parte? Neste último dia da primeira semana é ainda cedo para prever o que irá acontecer. Só a evolução dos acontecimentos poderá dar uma resposta.

Dia 1 de Dezembro (domingo)

Hoje é domingo. O primeiro domingo do Advento. Presidi esta manhã à celebração dominical de todos os alunos do Colégio — portugueses e de outras nações, pois no Colégio há alunos de

quatro continentes. Uma concelebração que eles procuram preparar com esmero, como aliás acontece com as Vésperas, no sábado à tarde. A sagrada Liturgia, realizada com aquele espírito de que há dias falava o Cardeal Meyer, é a melhor escola de vida espiritual. Fico contente por ver que é assim no Colégio Português.

Dia 2 (segunda-feira)

O dia de hoje é para assinalar com uma bola branca. Um dos secretários particulares do Papa tinha-me escrito há dias — a mim e a D. Manuel Franclim (de Angola) e a D. Jaime (de Moçambique) — a convidar-nos para concelebrarmos com o Papa, esta manhã. Ontem veio a notícia de que podíamos levar connosco três dezenas de pessoas da nossa confiança. Era natural que a escolha recaísse nos alunos eclesiásticos dos três países de expressão portuguesa que estudam em Roma, nos nossos dois jornalista, Padre Eloi de Pinho e Padre Dr. Rui Osório, e ainda nas religiosas vitorianas que estão ao serviço do Colégio.

Eram 6.30 da manhã quando nos juntámos à «porta di bronzo». Estava ainda escuro. Os candieiros da Praça de S. Pedro deixavam cair uma luz baça sobre a calçada luzidia da esplanada. Veio ao nosso encontro, para controlar as entradas, um responsável da segurança. Dois guardas suíços, com o seu capote azul por cima da farda colorida a defendê-los do frio da madrugada, montavam a guarda, um cá em baixo, à primeira porta, e o outro, lá mais em cima, na porta que dá para o «cortile di S. Damaso», batendo de vez o tacão no estrado de madeira, em continência respeitosa a quem passa.

Quando chegámos à capela, o Papa estava ainda recolhido em oração. Ao darem sete horas na torre sineira de S. Pedro, o Papa ergueu-se do seu genuflexório e paramentou-se. Nós já nos tínhamos revestido das vestes sagradas e já nos encontrávamos nos nossos lugares. E foi de seguida a Missa. A Missa habitual do Papa. Todos os dias, às 7 horas, é assim. Todos os dias pequenos grupos, de várias partes do mundo, passam pela capela do Papa. Ele deve ter a sensação de voltar a ser um pároco de aldeia, com a diferença de que os paroquianos mudam de rosto todos os dias. Não costuma haver homilia nem houve desta vez. Depois da última leitura, todos nos sentámos, numa breve meditação da Palavra de Deus. A Missa foi toda ela em português e os cânticos também. Não muitos, mas

bem escolhidos e bem cantados, de acordo com o tempo litúrgico do Advento que ontem se iniciou.

No fim da acção de graças, juntámo-nos no salão, ali ao lado, em fila e por grupos. O Papa veio então e foi saudando, um por um, todos os presentes. Eu levava-lhe uma garrafa de vinho do Porto, de 1923, uma das poucas que me restavam de uma passagem, há cerca de 20 anos, pelo paço episcopal de Lamego. Quando lhe disse o que era, o Papa voltou-se para mim e perguntou-me: «Mas eu serei digno?...» Eu percebi a pergunta. O Papa sabe que nem toda a gente tem o dom de saber apreciar um cálice de vinho do Porto.

Os quatro Bispos presentes (D. André Muaca juntou-se a nós) estavam convidados para o pequeno almoço. Os secretários já sabem como fazer para evitar ao Papa perda de tempo. Enquanto ele recebia os cumprimentos dos nossos acompanhantes, foi-nos indicado o caminho da sala de jantar. Já ali tinha estado de outra vez. Já sei como são as refeições do Papa. Iguais às minhas e às de muita outra gente. Um pouco de fiambre ou de queijo, uma peça de fruta e uma chávena de café com leite.

Dá-me a impressão de que, quando se come à mesa do Papa, quase se não dá conta do que se está a comer ou a beber, pois o que interessa é a conversa. O Papa gosta de falar e de ouvir; mais de ouvir do que de falar; e, quando fala, de o fazer na língua do interlocutor. Já conheci Papas políglotas, mas nenhum com o dom das línguas como João Paulo II.

Durantes estes dias tem-se dito, na sala sinodal, talvez em linguagem demasiado elevada, que a essenciada Igreja é ser uma «comunhão» ou uma «koinonia», para empregar uma palavra ainda mais cara que a palavra «comunhão»; e, ao falar de colegialidade, que esta, para ser *efectiva*, deve começar por ser *afectiva*. O Papa João Paulo sabe traduzir em gestos simples e muito humanos este sentido da comunhão e da colegialidade. A Teologia requer sinais. Um pequeno almoço com o Papa pode constituir um destes sinais.

Dia 3 (terça-feira)

Terminou, ontem à tarde, o trabalho dos grupos linguísticos. Um trabalho frutuoso, mas forçosamente apertado em virtude da escassez do tempo.

Desejava notar aqui que um Sínodo não é apenas um confronto de ideias. É também uma experiência existencial. Antes de mais, uma

experiência de Deus na oração. A sessão da manhã começa sempre com o canto da hora de *Tertia*, a qual contém, habitualmente, uma alusão ao Espírito Santo. Da parte da tarde os trabalhos iniciam-se pela oração *Adsumus, Domine Jesu*, atribuída a Santo Isidoro de Sevilha (século VII). Dificil traduzir em vernáculo fórmulas lapidares como estas: «*Esto solus suggestor et effector judiciorum nostrorum... Non in sinistrum nos ignorantia trahat, non favor inflectat, non acceptio muneris vel personae corrumpat. Ut simus in Te unum et in nullo deviemus a vero...*».

Todos os Padres sinodais têm a convicção de que, deixados a si mesmos, não chegariam muito longe: seriam, quando muito, uma academia de homens mais ou menos ilustres, que se reúnem para falar e discutir sobre assuntos religiosos. Temos a certeza — que nos vem da Palavra de Deus, — de que, por cima de cada um de nós e em cada um de nós, está o Espírito de Deus a conduzir-nos, gradualmente e sem fazer economia do nosso esforço, para a verdade total.

Pela primeira vez ressou hoje, na sala sinodal, uma salva de palmas: foi quando, ao fim da tarde, o representante da Igreja anglicana fez a sua intervenção em seu nome e em nome dos outros nove observadores das Igrejas ou Comunidades cristãs não-católicas. Disse o Prof. Henry Chadwick, membro da 2.ª comissão internacional anglicano-católica:

«Alegrámo-nos ao ouvir o firme apoio à obra do Concílio Vaticano II, com as suas dimensões eclesiológicas e ecuménicas. Alegrámo-nos também pelas notícias da vida litúrgica renovada, da nova dedicação às Escrituras e da crescente participação dos leigos na vida e no testemunho da Igreja. Estamos muito contentes por constatar a reafirmação do decreto sobre o Ecumenismo, bem como de temas relacionados intimamente com o mesmo, tais como a colegialidade e a responsabilidade compartilhada das conferências episcopais, dentro de uma unidade ordenada (...) A ênfase posta tanto pelo Vaticano II como por este Sínodo na comunhão (*koinonia*), como chave de compreensão da natureza da Igreja, é importante para o ecumenismo. Esta comunhão está criada para nós, não por nós: leva-nos ela ao Pai em Cristo, através do Espírito Santo».

Disse, há pouco, que estas palavras do representante dos observadores não católicos foram sublinhadas por uma salva de palmas. Essa salva de palmas significava, no meu entender, que a Igreja,

ali representada pelos presidentes das conferências episcopais de todo o mundo, deseja prosseguir o diálogo ecuménico.

Dia 5 (quinta-feira)

Está já assente que, além da Mensagem ao Povo de Deus, haverá um documento conclusivo do Sínodo. Esse documento, englobando as sugestões propostas pelos grupos linguísticos, foi hoje apresentado pelo cardeal Danneels na sessão desta manhã: São admitidas ainda emendas ao texto. Os Padres sinodais podem votar *sim*, *não* ou *sim com emendas* (*placet, non placet aut placet juxta modum*).

Dia 6 (sexta-feira)

Ontem e hoje foi uma chuva de intervenções. Já se vê o pendor da assembleia, mas muitos Padres sinodais desejariam que o texto fosse aperfeiçoado e apresentaram oralmente ou por escrito as suas propostas de emendas (*modi*). Deve ser um trabalho insano classificar essas propostas de emendas e discernir, num curto espaço de tempo, aquelas que são de introduzir daquelas que não têm cabimento num documento sinodal. A mim tem-me parecido que se diz pouco dos sacerdotes num texto que trata da aplicação do Concílio. Ora o Concílio afirmou claramente que a «desejada renovação da Igreja» depende em grande parte do ministério dos sacerdotes, animado do espírito de Cristo. Voltar a dizer isto, passados que são vinte anos, seria um acto de justiça e, ao mesmo tempo, um estímulo para os nossos padres. Insisti na ideia. Vejo agora que valeu a pena. O texto definitivo foi-nos distribuído esta tarde. Vem dividido em 18 secções. Será votado amanhã de manhã. Cada secção será objecto de uma votação especial.

O Papa ofereceu hoje um anel de prata a cada um dos Padres sinodais. Um anel é o símbolo da fidelidade. No dedo de um Bispo ele significa fidelidade à Igreja e à missão que lhe foi confiada. Obrigado, Santo Padre!

Dia 7 (sábado)

O Papa, que assiste habitualmente ao debate sinodal, sentado ao lado do Secretário Geral do Sínodo e dos três presidentes delegados — Krol (americano), Willebrands (holandês) e Malula (zai-

rota) — não esteve presente na primeira parte da manhã, durante a qual se procedeu às votações. Mesmo sem aparelhagem electrónica para a rápida contagem dos votos — aparelhagem que um cardeal da Cúria recomendou com humor à generosidade de alguns bispos de países ricos ali presentes; eles entenderam o recado... —, o pequeno grupo encarregado de fazer o apuramento dos votos realizou esse trabalho com relativa rapidez. Ao fim de pouco mais de meia hora, o Secretário Geral podia anunciar o resultado das votações. Todos os textos sujeitos a votação obtiveram a maioria regulamentar de mais de dois terços.

Das 18 secções a que obteve maior número de votos negativos foi aquela que se referia à aplicação do princípio da subsidiariedade na Igreja (12 votos negativos e 4 abstenções em 155 votantes). Os Bispos que votaram contra ou se abstiveram têm receio de que a aplicação desse princípio constitua uma ameaça para a unidade da Igreja. Nas outras secções os votos negativos e as abstenções variaram entre 0,5 por cento e, em temas mais controversos, os 10 por cento.

O Papa chegou para a segunda sessão da manhã. É normal que, entretanto, tivesse sido informado do resultado das votações. O seu discurso foi um discurso de agradecimento; mas, já quase no fim, disse a palavra que se esperava. Sem a palavra do presidente do Sínodo, que é sempre o Papa, todo o trabalho realizado constituiria apenas sugestões a serem consideradas pelo Papa num eventual documento da sua responsabilidade. João Paulo II resolveu que, desta vez — e vê-se bem por quê — fosse de outra maneira. Ele dava a sua *anuência* ao documento preparado pelos Padres sinodais.

Esta palavra do Papa foi acolhida com visível satisfação. Foi a segunda vez que se ouviu uma salva de palmas na sala sinodal. Também o Papa estava satisfeito. Mostrou-o, poucas horas mais tarde, num breve improvisado, rapassado de humor, — não era um discurso lido — com que encerrou o almoço que ofereceu, no «convitto» de Santa Marta, aos Padres sinodais e a todos quantos, de qualquer maneira, participaram no Sínodo: observadores não-católicos, teólogos, convidados especiais, tradutores, pessoal de secretaria. Lá estava também, entre os convidados especiais, Chiara Lubich, fundadora dos Focolares, e Madre Teresa de Calcutá, que do meu lugar, na sala sinodal, eu já me habituara a ver com o seu sari e o lenço branco na cabeça um pouco descaída — cabeça habituada a debruçar-se sobre tantos infortúnios.

Este Sínodo — notava o Papa no seu improvisado — tinha sido um Sínodo extraordinário. Extraordinário por três razões. A primeira, pelo inesperado da convocação; a segunda, pela brevidade da duração; e a terceira, pelo facto de muita gente ter ficado decepcionada... Esperava lutas tremendas dos bispos uns com os outros e destes com o Papa [bastaria — acrescento eu — ter lido a imprensa dos últimos meses] e — concluía o Papa — nada disso tinha acontecido.

Em certa altura do Sínodo, como já referi, teve-se a impressão de que a língua oficial do Sínodo tinha deixado de ser a língua latina, para ser o inglês. Mesmo o francês, o espanhol e o italiano tinham sido menos utilizados que o inglês. O Papa, muito descontraidamente, perguntou ao Secretário Geral do Sínodo qual tinha sido a percentagem do emprego do latim.

— 40 % por cento, respondeu Mons. Jan Schotte.

— Ah, então o latim ainda está a vencer! (uma gargalhada da assembleia); mas logo o Papa acrescentou: «al meno per questa generazione...».

Sabe-se do clima provocado à volta deste Sínodo extraordinário e das dúvidas suscitadas acerca da validade do Concílio. Durante o Sínodo os Padres foram literalmente bombardeados por cartas, folhas soltas, opúsculos, vindos de certo sector onde a aplicação do Concílio, pelas razões já indicadas, encontrou maior resistência.

Bastaria esta clara, rotunda e unânime afirmação: «O Concílio foi uma graça de Deus à sua Igreja», para se poder concluir que o Sínodo atingiu plenamente os seus objectivos.

Semanas antes, a um jornalista que lhe perguntava: «o que teria sido da Igreja sem o Concílio Ecuménico», o cardeal Franz Koenig respondeu sem hesitação: «teria sido uma verdadeira catástrofe...».

Talvez sem haverem lido anteriormente a entrevista do antigo Arcebispo de Viena (como a mim me aconteceu), os Padres sinodais encontraram-se a afirmar a mesma coisa, embora de modo positivo. Este era o objectivo essencial do Sínodo. Tudo que vem depois são já aplicações concretas.

O texto sinodal pede que se preste uma especial atenção às quatro Constituições do Concílio (já há pouco me referi a elas), pois esses documentos fundamentais são a chave de interpretação dos Decretos e das Declarações; e que se prossiga o trabalho de assimilação do Concílio. Esse trabalho exige quatro passos sucessivos:

- 1.º um mais amplo conhecimento do Concílio;
- 2.º a sua assimilação interior;
- 3.º a sua reafirmação no amor;
- 4.º a sua tradução nos actos da vida.

Sugere-se que nas Igrejas particulares se proceda a uma planificação pastoral nos próximos anos, em ordem a conseguir esse mais profundo conhecimento e mais ampla aceitação do Concílio.

Tratando-se de um testemunho, sob a forma de um *diário*, e não de um estudo sobre o documento sinodal, vou aqui anotar aquilo que maior ressonância encontrou em mim e maior satisfação me deu.

— Gostei, antes de mais, que se reafirmasse, sem qualquer equívoco ou reticência, o valor do Concílio Vaticano II e que ele foi — como se exprime a Mensagem dos Padres sinodais ao Povo de Deus —, «a grande graça deste século».

— Gostei de ver afirmado que o catolicismo não consiste em disjuntivas (*ou... ou...*, onde domina um certo maniqueísmo) mas numa superior assimilação orgânica de aspectos que parecem, à primeira vista, antagónicos: conciliar a Tradição com a Escritura; a Igreja-sociedade com a Igreja-comunhão; o primado petrino, garante da unidade, com a colegialidade episcopal, expressão da pluriformidade (melhor que pluralismo); o diálogo ecuménico com a missão evangelizadora; a proclamação dos direitos fundamentais da pessoa humana com a afirmação dos seus deveres; o valor pastoral das conferências episcopais com a responsabilidade inalienável de cada bispo... Dou conta de como é difícil ser católico; é mais fácil ser herético. Eu prefiro o caminho da dificuldade.

— Gostei de ver afirmado que a Igreja não deve rodopiar à volta de si mesma, como a mó de um moinho. A «*lumen gentium*», de que fala a constituição dogmática sobre a Igreja, não é ela, a Igreja, mas Jesus Cristo. Os Padres antigos recorreram à alegoria do sol e da lua. A Igreja é a lua; ela não tem luz própria; toda a sua luz — que ela deve transmitir ao mundo — vem-lhe de Jesus Cristo. Mais do que de si mesma, a Igreja deve falar de Deus e de Cristo, e de Cristo crucificado. Importa dar à teologia da cruz — «quem não renunciar a si mesmo e tomar a sua cruz não pode ser meu discípulo», disse Jesus — o seu verdadeiro lugar na vida do cristão, qualquer que seja a sua condição dentro da Igreja, a fim de ele não cair em ilusões.

— Gostei que se tivesse afirmado que a evangelização dos não-crentes pressupõe a autoevangelização dos baptizados: portanto também dos diáconos, dos presbíteros e dos bispos. A evangelização faz-se primariamente por meio de «testemunhas».

— Gostei que se tivesse apelado no sentido de dar à sagrada Liturgia a sua verdadeira dimensão. «A Liturgia — diz o texto sinodal — deve fomentar o sentido do sagrado e fazê-lo resplandecer. Deve estar embuída do espírito de reverência, de adoração e de glorificação de Deus».

— Gostei de ver posta em relevo a doutrina do Concílio sobre a vocação de todos à santidade e a afirmação de que foi sempre nas horas difíceis da Igreja que surgiram os Santos e as Santas como fontes de renovação. «*Hodie sanctis vehementer egemus...*» — são palavras do texto sinodal. Devemos implorar a Deus que os faça surgir, precisamente neste tempo — prossegue o texto — em que muitíssimas pessoas, homens e mulheres, experimentam um vazio interno e uma crise espiritual.

— Gostei que se dissesse o seguinte: «precisamente porque a Igreja é uma comunhão, nela deve existir a participação e a responsabilidade. Gostei que neste sentido se tivesse feito a referência e se dirigisse um apelo especial aos jovens, aos leigos, às religiosas e também às mulheres, «para que elas possam pôr adequadamente ao serviço da Igreja os seus próprios dons». Eu pessoalmente tinha falado naquelas mulheres consagradas que nas casas paroquiais ou episcopais, a exemplo das santas mulheres de que fala o Evangelho de S. Lucas, tomam parte, humilde, discreta mas eficazmente, no ministério pastoral da Igreja. O texto do Sínodo é mais amplo, mas não lhe foi estranho este aspecto.

Por fim, gostei — e nisso tive um especial contentamento — que houvesse no texto sinodal uma referência especial aos Presbíteros. Vale a pena transcrever aqui a redacção final que foi aprovada: «Entre o bispo e o seu presbitério existe uma relação fundada no sacramento da Ordem. Eles, os presbíteros, como que tornam presente o bispo nas comunidades locais dos fiéis e participam das funções e da solicitude do bispo. Daí que entre o bispo e o seu presbitério devem existir relações de amizade e plena confiança. Os bispos sentem-se agradecidos aos seus presbíteros, porque eles têm contribuído em grande parte (*magnam partem habuerunt*) para levar à prática, neste tempo posconciliar, a doutrina do Concílio. Entre parêntesis faz-se referência ao texto do decreto conciliar *Optatum totius*, onde

se diz — como já há pouco observei — que a renovação de toda a Igreja depende, em grande parte, do ministério dos sacerdotes, imbuído do espírito de Cristo

Dia 8 (domingo, solenidade da Imaculada Conceição)

Terminaram hoje os trabalhos do Sínodo. Faz hoje vinte anos também que se encerrou o Concílio Vaticano II. As mesmas celebrações: de manhã, concelebração eucarística em S. Pedro. No encerramento do Concílio a cerimónia — que incluía a entrega de mensagens do Concílio aos representantes das áreas mais significativas da vida da Igreja — realizou-se na praça de S. Pedro, em frente da basílica. Hoje foi dentro. No fim da concelebração, Bispos de cinco continentes leram, em várias línguas, a Mensagem do Sínodo ao Povo de Deus. A basílica não estava repleta, como noutras ocasiões, mas a presença dos membros das comunidades neo-catecumenais, vindos de várias partes do mundo para um encontro em Roma, dava, com os seus cânticos, uma nota de virilidade e de frescura àquela celebração comemorativa do encerramento do Concílio.

Como há vinte anos, o Papa João Paulo II quis — como Paulo VI — que também o Sínodo extraordinário terminasse na basílica de Santa Maria Maior, com o canto de Vésperas. Santa Maria Maior é o símbolo da piedade mariana no centro do catolicismo. O Papa fez, na altura própria, uma homilia adequada, desenvolvendo algumas das ideias que tinha abordado na celebração da manhã. «A Igreja — disse o Papa — ergue os olhos para a «figura» de Maria, figura ao mesmo tempo virginal e maternal. Assim a olharam os Padres do Concílio no dia 8 de Dezembro de 1965. E nós fazemos o mesmo, agora que são passados vinte anos sobre essa data, que se tornou uma data histórica».

Não quero deixar de apontar aqui uma nota que chamou a minha atenção. Para as celebrações presididas pelo Papa o Serviço das cerimónias pontificias costuma editar um opúsculo, sempre do mesmo formato, com os textos litúrgicos próprios. Opúsculos que fazem a cobiça dos colecionadores. Esses livrinhos são ilustrados com gosto requintado. Para as cerimónias de hoje — Missa em S. Pedro e Vésperas em Santa Maria Maior — as ilustrações reproduziam pinturas de Salvador Dalí e de um ou outro pintor surrealista. Mas Salvador Dalí ocupava o primeiro lugar, a começar pela capa. Dalí não se compreende à primeira vista. Precisa de ser explicado. Mas

quando se consegue explicá-lo — e entendê-lo — então descobre-se uma mensagem de riquíssimo conteúdo.

Adoptando para livros litúrgicos seus pinturas ou desenhos de artistas surrealistas, a Igreja faz um trabalho de autêntica inculturação. O Sínodo também se referiu a este tema.

No fim do Sínodo, um jornalista nortenho, que fez a cobertura do Sínodo desde o primeiro ao último dia, fez-me a seguinte pergunta:

«Estamos a chegar ao fim dos trabalhos do Sínodo. O Sr. D. Manuel esteve também no encerramento do Concílio. Posso fazer-lhe uma pergunta? O que o Bispo de Aveiro está a sentir agora, no encerramento deste Sínodo, tem alguma semelhança com o que o Bispo de Aveiro sentiu, há precisamente 20 anos, no encerramento do Concílio?»

Respondi assim: «Há vinte anos eu era naturalmente mais novo... Tinha o viço e a frescura dos quarenta e poucos anos. Recordo-me bem do entusiasmo, ia a dizer da euforia com que participámos no encerramento do Concílio. Digo bem «participámos», no plural. Porque o que eu experimentava, via-se bem que era o que sentiam e experimentavam os outros.

O Concílio encerrava-se sem vencedores nem vencidos. Não havia sombras nem de divisão nem de cisma. As parcelas de verdade das «maiorias» e das «minorias» tinham sido paciente mas firmemente assimiladas numa consciência colectiva que nos ultrapassava a todos. Podíamos agora regressar aos países de origem e começar (ou melhor: continuar) o trabalho de renovação conciliar num mundo que esperávamos ir abrir-se, finalmente, à acção do fermento evangélico. João XXIII tinha falado, frequentes vezes, retomando uma palavra de Newman, na «primavera da Igreja».

Passados vinte anos, volto a experimentar em mim — e vejo que acontece o mesmo com os outros — sentimentos semelhantes. Digo, de propósito, «semelhantes». Há vinte anos podia falar-se — e alguém falou — de «euforia». O tempo encarregou-se de esbater a euforia. Aqui e acolá uma tempestade inesperada abateu-se sobre a Igreja. Não foi o Concílio que a provocou. Estou convencido de que teria vindo mesmo sem o Concílio e até que, sem o Concílio, teríamos sofrido a tempestade muito mais desprevenidos. Agora que a tempestade amainou — a própria unanimidade que se criou, dentro deste Sínodo, à volta dos documentos conciliares e da

necessidade de prosseguir a sua mais plena assimilação é prova disso — dou conta de que o sentimento de euforia — que é um sentimento demasiado humano — deu lugar à esperança cristã, o que é coisa diferente. A experiência destes vinte anos levou-nos a redescobrir uma categoria evangélica a que tão dificilmente nos habituamos: aquilo a que os Padres sinodais chamaram «teologia da cruz». Ou, para ser mais exacto, a teologia do mistério pascal, que implica a morte e a ressurreição.

Agora sabemos, por uma experiência não apenas individual mas colectiva, vivida na nossa própria pele, que a Igreja é, por sua natureza, Igreja peregrina e que avança para a sua meta «por entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus», como disse Santo Agostinho num texto recolhido no documento fundamental do Concílio — a *Lumen gentium*.

Quer dizer que a um optimismo, porventura um tanto ingénuo e demasiado confiante na capacidade humana, sucede não o pessimismo, mas um sã realismo, marcado pelo sinal da esperança. São os Santos, por isso mesmo, mais do que ninguém, que têm nas suas mãos os fios da História. E os Santos são aqueles que activa e confiadamente se abandonam nas mãos de Deus.

É com alegria interior que vejo reafirmar, neste Sínodo, o primado de Deus e do mistério do seu Amor. E a afirmação do mistério de Deus é a única via para redescobrir o mistério do homem.

MANUEL DE ALMEIDA TRINDADE

Bispo de Aveiro

O pensamento do Padre Joaquim Alves Correia¹

Introdução

Celebra-se este ano, no dia 5 de Maio, o centenário do nascimento do Padre Joaquim Alves Correia. De facto, foi no dia 5 de Maio de 1886 que ele nasceu, em Aguiar de Sousa, concelho de Paredes, distrito do Porto, filho de uma família de modestos lavradores.

Dele, escreveu D. António Ferreira Gomes, bispo resignatário do Porto: «É preciso que não morram no deserto as vozes que, vindas de longe, ainda encerram apelo válido para hoje e para amanhã. O P.º Joaquim Alves Correia foi uma dessas vozes, que ressoou entre nós, mas então quase como a daquele que clama no deserto (...). Como pensador profundamente humanista e como homem de fé e esperança cristã, o P.º Alves Correia foi entre nós um autêntico precursor do Concílio Vaticano II, um dos poucos, pouquíssimos pensadores cristãos portugueses que entreviram o sentido da história da Igreja e auguraram o reconhecimento individual e oficial desse sentido. Hoje, que essa antecipação e augúrio estão oficialmente aceites e abertos ao futuro, importa que as ideias ainda vivas e o grande exemplo de acção e paixão que nos deixou ajudem a realizar aquilo que anteviu e augurou, em si e nas suas consequências»².

¹ No essencial, este texto reproduz uma Conferência feita em Lisboa, em Dezembro de 1985, como preparação para as comemorações do centenário do nascimento do P.º Joaquim Alves Correia.

² Prefácio de D. António Ferreira Gomes a: Joaquim Alves Correia, *Cristianismo e Revolução*. Selecção de textos e coordenação de Anselmo Borges. Lisboa, 1977, pp. 1 e 3-4.

As citações do P.º Joaquim Alves Correia, que, por comodidade, aparecerão inseridas no corpo do próprio texto e apenas com a indicação das páginas, são tomadas desta Antologia.